

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA  
FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE SOROCABA – Nº 11/2022, DE 21/06/2022 – PREVIDÊNCIA –**

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, com início às dez horas da manhã, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV, na sala de reuniões do prédio da FUNSERV, sítio à Rua Major João Lício, 265 – Centro – Sorocaba/SP.

**SEÇÃO – I – FASE DE EXPEDIENTE** (Art. 8º da Resolução FUNSERV 06/2020): A) Verificação do quórum: o Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Gestor dos Recursos do RPPS, verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto, José Antonio de Oliveira Júnior, Maria do Socorro Souza Lima, Cilsa Regina Guedes Silva e Ronaldo Camilo Rosa Fontes. Esteve presente também o Sr. Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira, membro suplente. A Sra. Gêmea Maria Pires justificou, previamente, sua ausência nesta reunião. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos.

**SEÇÃO – II: APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS** (Art. 8º da Resolução Funserv nº 06/2020).

**ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE MAIO/2022:**

Inicialmente, o Sr. Edgar apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira em Maio/2022. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$2.079.199.212,15 e que houve retorno de R\$22.744.499,55 correspondente a 1,11% e, dessa forma, acima da meta de rentabilidade para o mês, que foi de 0,89%. O retorno percentual acumulado do ano é de 0,79% contra uma meta acumulada de 6,87%, uma distância de 6,08% da meta. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos alocados em renda fixa era de R\$1.325.741.917,48 e, neste segmento, houve retorno de R\$15.730.567,55, o que representou retorno de 1,20%, portanto, acima da meta de rentabilidade do mês, de 0,89%. Destacou que, no mesmo período, o CDI teve retorno de 1,03%, o IMA B-5 teve retorno de 0,78% e o IDkA IPCA 2A retorno de 0,85%, apresentou tela com os fundos que compõem a renda fixa, evidenciando que o retorno acompanhou os indicadores citados. Em seguida, apresentou um detalhamento da rentabilidade dos Títulos Públicos, cuja média de rentabilidade foi de 1,39% no mês, maior, inclusive que os indicadores apresentados. Após, apresentou os dados do segmento de renda variável. O total de recursos alocados neste segmento era de R\$625.670.016,58 e, no mês em análise, teve retorno de R\$14.254.120,49 o que representou 2,33%, acima também da meta de rentabilidade, de 0,89%. Esclareceu que o resultado deste segmento está em linha com o mercado, visto que o Ibovespa teve retorno de 3,22% e o S&P500, retorno de 0,01%, sendo os principais índices de referência neste segmento. O fundo Safra Ações Livre FIC Ações obteve retorno negativo de -1,16% e, em função disto, será agendada reunião institucional com as instituições responsáveis pelo fundo para esclarecimentos acerca do resultado obtido, bastante divergente dos demais, bem como estratégia de alocação do fundo diante do atual cenário econômico. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$127.787.278,09 com retorno negativo de -R\$7.240.188,49, o que corresponde a -5,36%. Para efeito de comparativo com o mercado global, o índice Global BDRX teve retorno de -4,32%, MSCI World em -4,02%, MSCI ACWI de -3,99% e S&P500 retorno de 0,01%. Ressaltou que a rentabilidade negativa dos fundos de investimento no exterior acompanharam o cenário econômico global no referido mês. O Sr. José Antonio ponderou que, dada a forte queda dos fundos de investimento no

exterior e o impacto que o resultado negativo deste segmento tem oferecido à carteira, se não seria pertinente realizar o resgate, ao menor de parte dos recursos alocados, visando reduzir a exposição a tais fundos. O Sr. Edgar destacou que uma das características destes fundos, assim como os de renda variável, é uma maior volatilidade quando comparados aos fundos de renda fixa e, em contrapartida, a expectativa também de maiores retornos. Esta volatilidade foi bastante acentuada pelo cenário econômico global que temos vivenciado e, especialmente nestes momentos, é necessário analisar os resultados destes fundos com a perspectiva de longo prazo e, especialmente, se estão alinhados com os seus benchmarks. No ano de 2021, por exemplo, estes mesmos fundos contribuíram para uma melhor performance da carteira, conforme evidenciado no Parecer do Comitê de Investimentos do mês de Dezembro/2021. Contudo, visando redução do risco da carteira, ainda que no longo prazo, entendeu pertinente a sugestão de redução do volume de recursos neste segmento, contudo, mais adequada após recuperação destes fundos, a fim de que se realizem resgates das cotas com lucros. Em seguida, o Sr. Edgar apresentou os dados da rentabilidade anual acumulada, por segmento, na qual a renda fixa teve retorno acumulado de 5,94%, renda variável de -1,01% e investimento no exterior de -28,33%. O Sr. José Antonio solicitou que, além destes dados, seja indicado no quadro o percentual de recursos aplicados em cada um dos segmentos, a fim de melhor evidenciar o impacto de cada um dos segmentos sobre a carteira. O Sr. Edgar informou que, na próxima reunião, o quadro será atualizado com a informação solicitada. Ademais, destacou que todas as informações apresentadas durante esta reunião, constam também no Parecer deste Comitê.

**ITEM 2 – ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO:** Em seguida, passou a análise do cenário econômico do mês. Preliminarmente ressaltou que, no parecer, constam, na íntegra, os principais materiais consultados e que subsidiam a análise do cenário econômico deste Comitê, do qual apresentou um breve resumo. A respeito da política monetária, o COPOM elevou a SELIC em 13,25% a.a., em sua última reunião, realizada em 14 e 15 de junho/2022. Em seu comunicado, o Copom antevê como provável uma extensão do ciclo com um ajuste de igual ou menor magnitude, ressaltando que o atual estágio do ciclo de ajuste e os impactos defasados da política monetária demandam cautela na atuação do Banco Central. Dessa forma, o mercado entendeu que o Banco Central deverá promover uma alta adicional de 0,50% da taxa Selic em agosto, levando a Selic para 13,75% no final do ciclo. Segundo o último Boletim FOCUS disponível, de 29/04/2022, a expectativa de SELIC para final de 2022 é de 13,25% e, final de 2023, em 9,25%, cenário este desatualizado. Como exemplo, o BTG Pactual (Pesquisa Macroeconômica Brasil – Visão Macro – 15/06/2022), projeta Selic de 13,75% a.a., para final de 2022 e 10,00% a.a. para final de 2023. No mercado norte americano, o FOMC, em sua última reunião, também encerrada em 15/06/2022, aumentou a taxa de juros em 0,75%, passando de uma banda de 0,75-1,00% para 1,50%-1,75%. O mercado de juros tem de ser acompanhado de perto. Entre as reuniões, o mercado tem acompanhado as falas dos membros que integram os grupos, especialmente, o Comitê norte-americano. Tais falas, muitas vezes, indicam ao mercado as próximas movimentações, alterando a precificação dos juros futuros. Neste sentido, pertinente acompanhar a evolução, com as reuniões e as respectivas atas. A respeito da inflação, que tem sido uma realidade global, o IPCA de Maio/2022 foi de 0,47%, abaixo das expectativas de mercado (0,60%). O acumulado dos últimos 12 meses é de 11,73%. De acordo com o Boletim FOCUS a expectativa de inflação para 2022 passou a 7,89%, com tendência de aumento. Neste cenário, com SELIC acima de dois dígitos e, considerando a meta atuarial para 2022 (IPCA +

4,95% a.a.), fundos referenciados DI passam a ser oportunidades de alocação interessantes, dado sua relação risco/retorno, especialmente, frente ao cenário volátil que se apresentada para 2022, em função das eleições que se aproximam. A questão cambial segue sendo monitorada, especialmente, pelo impacto na carteira de investimentos no exterior (com exposição à variação cambial). O dólar encerrou 2021 cotado a R\$5,57 e, no dia 04/04/2022 chegou a mínima, nos últimos dois anos, sendo cotado a R\$4,60, queda de -17,41%. Após, houve nova alta, chegando a R\$5,13 em 17/06/2022. Dado este movimento, importante analisar a expectativa do mercado, de acordo com o último Boletim FOCUS, é que, ao final de 2022, o dólar esteja cotado a R\$5,00. Por fim, observa-se, com a sinalização do COPOM, a proximidade do fim do ciclo de alta na taxa de juros no Brasil. Por outro lado, ainda em ciclo de alta na taxa norte-americana e movimentos similares no mercado global. Desta forma, podem ocorrer ainda oportunidades de aquisições de títulos públicos federais, com taxas em linha com a posição da carteira, por outro lado, apresenta-se bastante provável o cenário de manutenção e fechamento da curva e, nesta hipótese, oportunidade de ganhos em fundos atrelados aos títulos públicos, mas com a marcação a mercado. Dessa forma, justifica-se a gestão da carteira de renda fixa à espera de oportunidades de aquisição de Títulos Públicos Federais com taxas atrativas mas, por outro lado, mantendo posição em fundos de renda fixa que podem ser impactados, positivamente, com o fechamento da curva de juros, tais como IMA B-5 e IDkA IPCA 2A. Na renda variável, tanto no mercado brasileiro como investimentos no exterior, dada a volatilidade, eventual migração e aportes devem ser analisados com cautela. Neste momento, pertinente manter as alocações e acompanhar a sua evolução, tendo em vista o horizonte de longo prazo. Contudo, fundos que estejam entregando resultados abaixo da média da carteira merecem especial atenção, especialmente, através de reuniões institucionais junto aos seus respectivos Gestores.

**ITEM 3 - ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** o Sr. Edgar destacou pontos importantes que constam na minuta do parecer do Comitê de Investimentos, tais como: atividade econômica no Brasil e no mercado global, trazendo o contexto que influenciou a rentabilidade da carteira em Maio/2022, conforme já citado. Informou que as aplicações e resgates ocorreram em conformidade com as propostas do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 20/04/2022, aprovada pelo Conselho Administrativo, em 27/04/2022 e, também, as operações para o decorrer de 2022 (fluxo de caixa), definidas nas reuniões de 20/01 e 27/01/2022, respectivamente. A respeito do enquadramento, verificou-se que está de acordo com os limites legais e com a Política de Investimentos, aprovada para 2022. No entanto, destacou que o volume de recursos aplicados no fundo Caixa Multigestor Global Equities Investimento Exterior superou o limite de 15% do patrimônio líquido do fundo, limite este previsto na Res. 4.963/2021, conforme já citado na reunião anterior. Ao final do mês de Maio/2022, este percentual passou a 16,66%. Como este desenquadramento ocorreu de forma involuntária, decorrente da redução do patrimônio líquido do fundo em função do resgate por outros cotistas, o prazo máximo para sanear este desenquadramento é de 180 (cento e oitenta) dias. Portanto, tal ocorrência deverá ser acompanhada mensalmente por este Comitê. A Sra. Silvana indagou se não seria pertinente então, acompanhando a sugestão do Sr. José Antonio, o resgate dos recursos neste fundo. Dessa forma, além de sanear a questão do desenquadramento, reduziria também a exposição no segmento de investimento no exterior. Ressaltou que, mesmo que seja realizado o resgate, com prejuízo, seria pertinente demonstrar que o recurso estaria melhor alocado em outro fundo, especialmente, no curto prazo, como é o caso de

fundos referenciados DI ou, até mesmo, aplicação em títulos públicos federais, que tem oferecidos taxas de juros real acima de meta. O Sr. Edgar entendeu pertinente a sugestão e indagou aos demais membros, se gostariam de deliberar esta proposta na presente reunião. Os membros do Comitê entenderam pertinente subsidiar tal proposta com um parecer analítico indicando os impactos desta proposta e, assim, solicitaram então ao Sr. Edgar, Gestor dos Recursos do RPPS, um parecer contendo análise mais aprofundada alinhada com a sugestão da Sra. Silvana, o que deverá ser apresentado até a próxima reunião deste Comitê.

**ITEM 4 – DESTINAÇÃO DOS NOVOS RECURSOS E MIGRAÇÕES:** Em seguida, o Sr. Edgar apresentou as propostas da aplicação dos recursos para o mês de Julho/2022: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Julho/2022, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), propõe-se aplicação em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49; 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), propõe-se aplicação em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49, e; 3) Propõe resgate total dos fundos de gestão duration (Gestão Ativa), a saber: a) BB Alocação Ativa Retorno Total FIC Renda Fixa Previdenciário – CNPJ: 35.292.588/0001-89, com saldo de R\$60.860.375,93; b) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Brasil Renda Fixa Ativa Longo Prazo – CNPJ: 35.536.532/0001-22, com saldo de R\$26.108.370,99, e; c) Caixa Brasil Gestão Estratégica FIC Renda Fixa – CNPJ: 23.215.097/0001-55, com saldo de R\$57.742.149,01. Dessa forma, totalizando o resgate de R\$144.710.895,93. No resgate deverá ser observada uma rentabilidade mínima acumulada de 2% (dois por cento), a fim de evitar resgate com prejuízo. Após resgate, a proposta é de aplicação dos recursos em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49, e; 4) Em função do resgate total do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Brasil Renda Fixa Ativa Longo Prazo – CNPJ: 35.536.532/0001-22, propõe-se que os rendimentos pagos mensalmente pelo fundo Caixa Rio Bravo Fundo de Fundos FII - CXRI11 – CNPJ: 17.098.794/0001-70, a partir do mês de Julho até Dezembro/2022, sejam aplicados no fundo Caixa Brasil IDkA IPCA 2A Títulos Públicos FI Renda Fixa LP - CNPJ: 14.386.926/0001-71. A fim de justificar tais propostas, o Sr. Edgar esclareceu que os fundos de gestão ativa (gestão duration) tem obtido rentabilidade menor que os fundos de gestão passiva, tais como os fundos IMA B-5 e IDkA IPCA 2A, inclusive, após as últimas elevações da taxa SELIC, apresentado resultado abaixo dos fundos DI. Isto se deve, em grande parte, pela forte abertura da curva de juros, dados os sucessivos aumentos da taxa Selic, ocorridos desde março/2021. Portanto, o que se verificou é que tais fundos têm entregado resultados abaixo dos fundos de gestão passiva. Dado o cenário turbulento e, ainda, não sendo

definido o fim do ciclo da alta de juros, bem como a perspectiva de aquisição de títulos públicos, com marcação na curva de juros, com taxas superiores a meta atuarial, pertinente a realocação destes recursos. Apresentou gráficos comparativos de rentabilidade histórica dos fundos referenciado DI, IMA-B5, IDkA IPCA 2A e os fundos de gestão duration. Apresentou também um quadro resumo dos títulos públicos em carteira, os quais possuem taxa de juros real média de 6,06% e destacou que o momento é oportuno para aquisição de títulos, visando a precificação pela marcação pela curva de juros, em vencimentos compatíveis com aqueles indicados no estudo ALM, compatível com as obrigações presentes e futuras da FUNSERV, por isto a sugestão de alocação dos recursos em títulos públicos federais. Em seguida, apresentou um quadro com o enquadramento da carteira após as movimentações sugeridas. Em seguida, o Sr. Edgar passou a palavra aos demais membros, não havendo manifestação. Após, o Sr. Edgar submeteu as propostas de alocação, sendo aprovada por unanimidade.

**ITEM 5 - ASSUNTOS GERAIS:** Após verificar que as pautas da reunião foram tratadas pelo Comitê, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros para assuntos gerais, não havendo manifestação. Tendo concluído os assuntos relacionados aos recursos previdenciários, passou a análise dos recursos da assistência à saúde, conforme ata separada (Res. 06/2020 – Art. 10, §3º). Nada mais havendo a ser tratado, eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às onze horas e cinco minutos, lavrei a presente ata que segue ao conhecimento, aprovação e assinatura dos presentes, ficando a próxima reunião ordinária designada para 19/07/2022, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 02, de 20 de janeiro de 2022.

**Edgar Aparecido Ferreira da Silva**  
Gestor dos Recursos do RPPS

**Presentes na Reunião:**

Nome	Função	Assinatura
Edgar Aparecido Ferreira da Silva	Membro Titular	
Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto	Membro Titular	
José Antonio de Oliveira Júnior	Membro Titular	
Maria do Socorro Souza Lima	Membro Titular	
Cilsa Regina Guedes da Silva	Membro Titular	
Ronaldo Camilo Rosa Fontes	Membro Titular	
Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira	Membro Suplente	

